



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A efetivação do direito fundamental à saúde, enquanto prerrogativa constitucional de natureza social, demanda do Poder Público uma atuação planejada, contínua e eficiente, voltada à estruturação de uma rede assistencial capaz de responder, de forma adequada e tempestiva, às necessidades da coletividade. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao estabelecer em seu art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, impõe a formulação e execução de políticas públicas que assegurem o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, orientadas pela redução de riscos e pela garantia da integralidade da assistência. Tal diretriz é complementada pela Lei nº 8.080/1990, que disciplina a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), consagrando princípios estruturantes como a universalidade, a integralidade, a equidade, a regionalização e a hierarquização dos serviços, além da resolutividade como elemento essencial à eficiência do sistema.

No âmbito da gestão municipal, esses comandos normativos exigem a adoção de estratégias que transcendam a oferta básica de serviços, contemplando também a disponibilidade de atendimentos especializados que assegurem a continuidade do cuidado e a efetividade das ações de saúde. A atenção primária, embora se constitua como porta de entrada preferencial do sistema, não se mostra suficiente para atender à complexidade e diversidade das demandas sanitárias, sendo imprescindível sua articulação com serviços de média complexidade, de modo a garantir a integralidade da assistência e a adequada condução dos casos clínicos. Nesse contexto, a disponibilização de serviços médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com ênfase na realização de exames de ultrassonografia, configura medida alinhada aos princípios da organização sistêmica do SUS e às diretrizes de planejamento sanitário, especialmente no que se refere à ampliação da capacidade resolutiva da rede municipal de saúde.

A insuficiência ou descontinuidade na oferta desses serviços especializados compromete significativamente a eficiência administrativa e a efetividade das políticas públicas de saúde, na medida em que gera acúmulo de demandas reprimidas, prolongamento do tempo de espera para consultas e exames e agravamento progressivo de condições clínicas que poderiam ser tratadas de forma precoce. Tal cenário evidencia falhas na resolutividade da rede assistencial, resultando em maior incidência de internações evitáveis, aumento da complexidade dos atendimentos e elevação dos custos indiretos para a Administração Pública, em afronta aos princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, a limitação no acesso a serviços especializados acarreta a intensificação de encaminhamentos para outros municípios, em descompasso com as diretrizes de regionalização e hierarquização do SUS, gerando sobrecarga logística, custos adicionais com transporte sanitário e impactos negativos na continuidade do cuidado.

A relevância das especialidades envolvidas reforça a necessidade de sua adequada disponibilização. A otorrinolaringologia abrange o diagnóstico e tratamento de patologias de alta prevalência, muitas vezes identificadas na atenção básica, mas que demandam avaliação especializada para definição terapêutica adequada. A cardiologia assume papel central no enfrentamento das doenças cardiovasculares, que permanecem entre as principais causas de morbimortalidade, exigindo acompanhamento contínuo e intervenções oportunas para prevenção de eventos graves. No campo da radiologia, a ultrassonografia destaca-se como exame diagnóstico essencial, de ampla aplicabilidade clínica, caráter não invasivo e elevada capacidade de detecção precoce de alterações, constituindo ferramenta indispensável à tomada de decisão médica e à condução eficiente dos tratamentos. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

indisponibilidade ou insuficiência desse exame compromete a agilidade diagnóstica e a resolutividade dos serviços, resultando em atrasos na definição de condutas clínicas, agravamento de quadros de saúde e aumento da demanda por procedimentos de maior complexidade.

Sob a ótica do interesse público, a ampliação e qualificação da oferta desses serviços especializados alinham-se diretamente aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, promovendo melhor alocação dos recursos, redução de desperdícios e otimização dos fluxos assistenciais. Ademais, contribui para a diminuição da judicialização da saúde, fenômeno que decorre, em grande medida, da insuficiência de serviços ofertados, gerando impactos financeiros e administrativos relevantes para o ente público e comprometendo o planejamento orçamentário.

Nesse contexto, estabelece-se como objetivo geral assegurar o acesso universal, equitativo e integral da população aos serviços de saúde, por meio da ampliação da oferta de atendimentos médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com realização de exames de ultrassonografia, visando fortalecer a resolutividade da rede municipal de saúde, garantir a continuidade do cuidado e promover a melhoria dos indicadores sanitários no âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com os preceitos constitucionais da eficiência, economicidade e interesse público.

De forma complementar, desdobram-se como objetivos específicos a ampliação do acesso da população aos serviços médicos especializados, com redução das desigualdades e promoção da equidade no atendimento; a diminuição do tempo de espera para consultas e exames, assegurando maior celeridade no diagnóstico e início do tratamento; o fortalecimento da resolutividade da atenção primária por meio de sua integração com os serviços especializados; a melhoria da qualidade da assistência prestada nas Unidades Básicas de Saúde e no Hospital Municipal; a viabilização do diagnóstico precoce de patologias, especialmente mediante a ampliação da oferta de exames de ultrassonografia; a redução da incidência de internações evitáveis; a minimização da necessidade de deslocamento de pacientes para outros municípios; a otimização da utilização dos recursos públicos, com foco na eficiência e economicidade; a contribuição para a redução da judicialização da saúde; e a promoção da melhoria contínua dos indicadores de saúde e da qualidade de vida da população.

Os efeitos positivos decorrentes dessa estruturação são amplos e sistêmicos, refletindo-se na melhoria da qualidade da assistência prestada, na redução do tempo de espera para atendimento, na ampliação do acesso equitativo aos serviços de saúde e na elevação da resolutividade da rede municipal. Observa-se, ainda, a diminuição de internações evitáveis, a redução de deslocamentos para outros centros urbanos, a melhoria dos indicadores de saúde e o fortalecimento da atenção primária como coordenadora do cuidado, em consonância com as diretrizes do SUS. Por fim, a consolidação de uma rede de saúde mais estruturada, integrada e resolutiva representa não apenas o cumprimento de uma obrigação legal e constitucional, mas a materialização do princípio da dignidade da pessoa humana, ao assegurar à população o acesso efetivo a serviços de saúde de qualidade, com tempestividade e continuidade. Trata-se, portanto, de medida essencial para a promoção do bem-estar social, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável do município, em estrita observância aos preceitos que regem a Administração Pública e à finalidade maior de atendimento ao interesse coletivo.

Diante do exposto, a contratação de serviços médicos especializados não apenas atende a uma necessidade concreta e urgente da população, mas também se insere como uma ação estratégica de fortalecimento da rede municipal de saúde, promovendo o bem-estar da coletividade e reafirmando o compromisso da gestão pública com a valorização da vida e a promoção da dignidade humana.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A contratada deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- b) Comprovante de Inscrição do CNPJ;
- c) Prova de regularidade conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº1. 751/2014;
- d) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Estado;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa emitida pela Secretaria competente do Município;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas;
- h) Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- i) Alvará de Funcionamento vigente;

3.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para a qualificação técnica a contratada deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade da Pessoa Física junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM do(s) profissional(is) que prestará(ão) os serviços;
- b) Diploma de conclusão de curso de medicina;
- c) Cópia da Carteira de Registro ou Identidade Profissional;
- d) Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM (Médico), através da Certidão de inscrição medica expedida pelo conselho regional Medicina do estado de origem, juntamente com a Certidão de inscrição do Conselho regional de medicina Autorizando a atuação médica no Estado de Minas Gerais, vigente;
- e) Documento que comprova a especialidade medica que é o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) emitido pelo Conselho Regional de Medicina ou documento equivalente;
- f) Comprovação de Vínculo do profissional com a Empresa, através de cópia de carteira de trabalho, contrato de prestação de Serviço, podendo o mesmo também ser sócio ou proprietário.

Os documentos de habilitação deverão ser anexados na plataforma eletrônica em formato PDF.

Não será credenciado o prestador de serviço que deixar de apresentar quaisquer desses documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente Edital de Credenciamento, resguardada a hipótese do participante que se declarar micro empresa e a empresa de pequeno porte, que possuindo restrição em qualquer documento de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

da nova documentação, que comprove sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência na plataforma eletrônica do credenciamento, para regularização da documentação.

No contrato a ser gerado constará apenas os valores dos procedimentos, sendo que a distribuição dos serviços será realizada conforme a demanda do Município de Abadia dos Dourados-MG.

Serão exigidas, para fins de habilitação, as seguintes declarações:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Será verificado se o licitante possui cadastro junto ao CNES – Cadastro Nacional de Saúde.

- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.2 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

3.3 Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica.

3.4 Da exigência de amostra

Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

3.5 Da exigência de carta de solidariedade

Não se aplica.

3.6 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As especialidades e quantitativos para atendimento satisfatório da necessidade tiveram como base, levantamentos junto às unidades de saúde do município realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, ao qual foi repassado ao Setor de compras, considerando o período de 12 (doze) meses. Dessa forma, foram estabelecidas as seguintes quantidades estimadas:

- 480 (quatrocentos e oitenta) consultas médicas na especialidade de otorrinolaringologia, visando atender demandas relacionadas a doenças de ouvido, nariz e garganta, frequentemente identificadas na atenção básica;
- 600 (seiscentas) consultas médicas na especialidade de cardiologia, considerando a elevada incidência de doenças cardiovasculares e a necessidade de acompanhamento contínuo dos pacientes;
- 960 (novecentos e sessenta) exames de ultrassonografia, a serem realizados por profissional médico radiologista, com emissão de laudo, atendendo à demanda diagnóstica da rede municipal de saúde.

As quantidades estimadas correspondem a uma média mensal de aproximadamente 40 (quarenta) consultas de otorrinolaringologia, 50 (cinquenta) consultas de cardiologia e 80 (oitenta) exames de ultrassonografia, permitindo atendimento contínuo e adequado à população.

Ressalta-se que os quantitativos possuem caráter estimativo, podendo variar conforme a demanda efetiva, sendo executados conforme a necessidade da Administração, em conformidade com o modelo de credenciamento adotado.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A adequada estruturação dos serviços públicos de saúde impõe à Administração Pública o dever de adotar soluções que assegurem o acesso universal, contínuo e eficiente aos atendimentos necessários à população, especialmente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse contexto, a disponibilização de serviços médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com realização de exames de ultrassonografia, por meio da contratação de pessoas jurídicas devidamente habilitadas, revela-se essencial para suprir lacunas assistenciais identificadas na rede municipal de saúde, garantindo maior resolutividade dos atendimentos realizados nas Unidades Básicas de Saúde e no Hospital Municipal de Abadia dos Dourados/MG.

A opção pela contratação de pessoas jurídicas mostra-se adequada sob os aspectos técnico, administrativo e jurídico, uma vez que permite maior organização na prestação dos serviços, garantia de continuidade do atendimento, substituição de profissionais em casos de impedimentos e melhor gestão das obrigações contratuais, além de possibilitar a exigência de estrutura mínima compatível com a complexidade dos serviços a serem prestados, mitigando riscos de desassistência e assegurando maior estabilidade na execução.

A insuficiência desses serviços compromete diretamente a efetividade da política pública de saúde, gerando acúmulo de demandas reprimidas, aumento do tempo de espera para consultas e exames e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

agravamento de quadros clínicos que poderiam ser tratados de forma precoce, o que acarreta impactos negativos tanto para a população quanto para a Administração Pública, especialmente sob a ótica da economicidade e da eficiência.

No que se refere ao levantamento de mercado, verifica-se que os serviços médicos especializados objeto da análise são amplamente ofertados por pessoas jurídicas da área da saúde, tais como clínicas e empresas médicas, caracterizando um mercado competitivo, pulverizado e não concentrado, com múltiplos prestadores aptos a executar os serviços em condições semelhantes. Ademais, os serviços apresentam elevado grau de padronização, tanto em relação aos procedimentos quanto aos valores praticados, usualmente vinculados a tabelas públicas de referência, como a Tabela SUS, o que possibilita à Administração estabelecer critérios uniformes e objetivos para contratação e remuneração.

Diante desse cenário, evidencia-se, de forma inequívoca, a plena aderência do objeto às hipóteses legais de utilização do credenciamento, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admite sua adoção em situações de contratação paralela e não excludente, quando viável e vantajosa a contratação simultânea de múltiplos prestadores em condições padronizadas. No caso em análise, a viabilidade do credenciamento não apenas se confirma, como se apresenta como a solução mais adequada sob os aspectos jurídico, técnico e econômico.

A adoção de modelo tradicional como o pregão, que culmina na seleção de um único fornecedor ou de número restrito de contratados, mostra-se incompatível com a natureza da demanda, que é contínua, variável e de elevada relevância social. Tal modelo implicaria limitação da capacidade de atendimento, risco de descontinuidade dos serviços e possível formação de gargalos assistenciais, em desacordo com os princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

Em sentido oposto, o credenciamento permite à Administração Pública habilitar todas as pessoas jurídicas que atendam aos requisitos previamente estabelecidos, formando uma rede ampliada de prestadores aptos a atuar simultaneamente, sem exclusividade. Essa característica é fundamental para garantir maior capilaridade, flexibilidade e capacidade de resposta às demandas da população, especialmente em serviços de saúde, nos quais a tempestividade do atendimento é fator determinante para a efetividade das ações.

A viabilidade do credenciamento eletrônico se reforça, ainda, pela sua capacidade de manter o processo permanentemente aberto à adesão de novos interessados, ampliando a competitividade de forma contínua e evitando restrições artificiais ao mercado. Tal dinâmica assegura maior transparência, democratização do acesso e aderência aos princípios da isonomia e da impessoalidade, ao mesmo tempo em que fortalece a eficiência administrativa.

Sob o ponto de vista da economicidade, o modelo também se mostra vantajoso, uma vez que a padronização dos valores, aliada à pluralidade de prestadores, evita distorções de preços e contribui para a manutenção de condições compatíveis com o mercado. Ademais, reduz custos indiretos associados à desassistência, deslocamento de pacientes e agravamento de quadros clínicos decorrentes da demora no atendimento.

Outro aspecto relevante refere-se à mitigação de riscos, uma vez que o credenciamento elimina a dependência de um único fornecedor, distribuindo a execução entre múltiplos prestadores, o que reduz significativamente a probabilidade de interrupção dos serviços por fatores como inadimplemento, indisponibilidade ou rescisão contratual. Tal característica é especialmente relevante na área da saúde, em que a continuidade do serviço é elemento essencial à preservação da vida e da dignidade da pessoa humana.

Diante de todo o exposto, resta evidenciado que o credenciamento eletrônico, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, constitui solução plenamente viável, adequada e vantajosa para a contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação dos serviços em análise, por atender de forma mais eficiente às características do mercado, às necessidades da Administração e aos princípios que regem



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

a gestão pública, garantindo ampliação do acesso, continuidade dos serviços e maior resolutividade da rede municipal de saúde.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor total máximo estimado para a contratação destes serviços é de R\$ 175.905,60 (cento e setenta e cinco mil novecentos e cinco reais e sessenta centavos). Este valor foi obtido mediante pesquisa de preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na estruturação de uma rede organizada e contínua de prestação de serviços médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com realização de exames de ultrassonografia, por meio do credenciamento eletrônico de pessoas jurídicas devidamente habilitadas, com o objetivo de assegurar atendimento eficiente, resolutivo e acessível aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e no Hospital Municipal de Abadia dos Dourados/MG.

A concepção da solução observa o ciclo de vida completo do objeto, compreendendo as etapas de planejamento, credenciamento, execução, monitoramento, avaliação e eventual readequação ou encerramento, garantindo a sustentabilidade, eficiência e continuidade da prestação dos serviços.

Na fase de planejamento, são definidas as especialidades médicas a serem atendidas, a estimativa de demanda, os critérios técnicos de habilitação das pessoas jurídicas, os parâmetros de remuneração, bem como as diretrizes operacionais para execução dos serviços, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A etapa de credenciamento ocorre por meio de procedimento eletrônico, com possibilidade de habilitação contínua de pessoas jurídicas interessadas que atendam aos requisitos técnicos, jurídicos, fiscais e sanitários estabelecidos, permitindo a formação de uma rede ampliada e dinâmica de prestadores aptos a atuar simultaneamente, em regime de contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A fase de execução dos serviços observa a organização da rede municipal de saúde e as especificidades de cada especialidade, garantindo maior acessibilidade e eficiência no atendimento. Os serviços de cardiologia e otorrinolaringologia serão prestados por meio de consultas médicas especializadas, destinadas ao diagnóstico, acompanhamento e definição de condutas terapêuticas, mediante encaminhamento das Unidades Básicas de Saúde ou do Hospital Municipal. As consultas de otorrinolaringologia poderão ser realizadas tanto nas duas Unidades Básicas de Saúde do município quanto nas dependências do Hospital Municipal, conforme planejamento administrativo e disponibilidade do prestador, visando ampliar o acesso e otimizar a logística de atendimento. Já os atendimentos em cardiologia ocorrerão nas duas Unidades Básicas de Saúde, fortalecendo a atenção primária como coordenadora do cuidado e facilitando o acompanhamento contínuo dos pacientes.

Os serviços de radiologia, especificamente os exames de ultrassonografia, serão realizados nas dependências do Hospital Municipal, por pessoa jurídica credenciada que disponha de profissional habilitado e dos equipamentos necessários. A execução dos exames ocorrerá mediante encaminhamento médico e regulação da demanda, sendo obrigatória a emissão de laudo técnico devidamente assinado, assegurando a confiabilidade diagnóstica e o suporte à tomada de decisão clínica.

A remuneração dos serviços observará critérios objetivos e compatíveis com a natureza de cada procedimento, sendo as consultas especializadas remuneradas por atendimento realizado e os exames de ultrassonografia remunerados por exame efetivamente realizado e devidamente laudado, condicionando o pagamento à comprovação da execução, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

O ciclo da solução contempla, ainda, a gestão e o monitoramento contínuo dos serviços, mediante acompanhamento da produção, avaliação da qualidade dos atendimentos, verificação do cumprimento de prazos e análise da satisfação dos usuários, permitindo à Administração promover ajustes operacionais e aprimorar a distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.

Adicionalmente, o modelo admite a inclusão contínua de novas pessoas jurídicas credenciadas ao longo da vigência, bem como a aplicação de medidas administrativas em casos de descumprimento contratual, incluindo sanções, suspensão ou descredenciamento, assegurando a manutenção da qualidade e da confiabilidade da rede.

As cotas relativas aos serviços credenciados — otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia (ultrassonografia) — serão distribuídas de forma equitativa entre os prestadores habilitados, sempre que houver dois ou mais credenciados para a mesma especialidade, garantindo equilíbrio na alocação dos atendimentos e observância ao princípio da isonomia.

A distribuição da demanda observará os seguintes princípios orientadores:

- Equidade entre os prestadores da mesma especialidade, assegurando quantitativo proporcional de atendimentos, sempre que as capacidades de atendimentos forem equivalentes;
- Distribuição equilibrada entre as unidades de atendimento, considerando as Unidades Básicas de Saúde e o Hospital Municipal, conforme a natureza do serviço e a organização da rede assistencial.

Importante destacar que o credenciamento não implica garantia de quantitativo mínimo de consultas a serem realizadas por cada profissional ou empresa credenciada.

7.1 Viabilidade técnica e econômica da solução

A análise da viabilidade técnica e econômica da solução proposta demonstra, de forma consistente, que a estruturação da prestação de serviços médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com realização de exames de ultrassonografia, por meio do credenciamento eletrônico de pessoas jurídicas, configura alternativa adequada e vantajosa para a Administração Pública.

Sob o aspecto técnico, a solução apresenta elevada viabilidade, uma vez que se fundamenta em modelo amplamente utilizado na área da saúde pública, compatível com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à organização em rede, à descentralização dos serviços e à ampliação da resolutividade da atenção básica. A contratação de pessoas jurídicas especializadas assegura a disponibilização de profissionais habilitados, com capacidade técnica e estrutura adequada à execução dos serviços, além de permitir maior flexibilidade na gestão das agendas e substituição de profissionais, garantindo a continuidade da assistência.

Adicionalmente, a solução está alinhada à realidade operacional do município, considerando a utilização das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal como pontos de atendimento, o que favorece a acessibilidade dos usuários e a integração entre os níveis de atenção. A realização de consultas especializadas em ambientes já estruturados pela Administração, bem como a execução dos exames de ultrassonografia no Hospital Municipal, demonstra a adequação da solução à infraestrutura disponível, não exigindo investimentos adicionais relevantes em instalações físicas.

No que se refere ao modelo de contratação, o credenciamento eletrônico revela-se tecnicamente apropriado, pois possibilita a formação de uma rede ampliada de prestadores, permitindo a atuação simultânea de múltiplas pessoas jurídicas, em condições padronizadas, o que aumenta a capacidade de atendimento, reduz filas de espera e assegura maior continuidade na prestação dos serviços. Trata-se de solução flexível, escalável e adaptável à variação da demanda, características essenciais para serviços de natureza assistencial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Sob o ponto de vista econômico, a solução também se mostra vantajosa e sustentável. A padronização dos valores de remuneração, com base em referências públicas como a Tabela SUS e parâmetros de mercado, assegura compatibilidade dos preços praticados, evitando distorções e garantindo o adequado equilíbrio entre custo e benefício para a Administração. Além disso, o modelo de pagamento por produção — consultas realizadas e exames efetivamente executados e laudados — assegura que os recursos públicos sejam despendidos exclusivamente conforme a efetiva prestação dos serviços, promovendo maior controle e racionalidade no gasto público.

Outro fator relevante refere-se à redução de custos indiretos, decorrente da ampliação da oferta local dos serviços. A diminuição da necessidade de deslocamento de pacientes para outros municípios implica economia com transporte sanitário, diárias e logística, além de reduzir o absenteísmo e aumentar a adesão dos usuários aos tratamentos. Soma-se a isso a redução de internações evitáveis e de agravamento de quadros clínicos, que, quando não tratados de forma oportuna, geram custos significativamente maiores ao sistema de saúde.

A solução também contribui para a mitigação de riscos financeiros relacionados à descontinuidade dos serviços, uma vez que o credenciamento elimina a dependência de um único fornecedor, distribuindo a execução entre múltiplos prestadores, o que reduz a probabilidade de interrupções e os custos associados à necessidade de contratações emergenciais.

Importante destacar, ainda, que a adoção do credenciamento eletrônico promove maior eficiência administrativa, ao simplificar procedimentos de contratação, permitir a adesão contínua de novos prestadores e reduzir a necessidade de realização frequente de novos certames, otimizando o uso de recursos humanos e operacionais da Administração.

Diante do exposto, conclui-se que a solução proposta apresenta plena viabilidade técnica e econômica, sendo capaz de atender de forma eficiente, sustentável e alinhada ao interesse público às demandas por serviços médicos especializados no âmbito do município, promovendo a ampliação do acesso, a melhoria da qualidade da assistência e a otimização da aplicação dos recursos públicos.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto com vistas à ampliação da competitividade, à obtenção de melhores condições de contratação e à promoção da eficiência administrativa, desde que não haja prejuízo à economia de escala ou à adequada execução do objeto.

No presente caso, verifica-se que o objeto envolve a prestação de serviços médicos especializados em áreas distintas, quais sejam: otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia (ultrassonografia), cada qual com características próprias, exigências técnicas específicas e formas de execução diferenciadas. Sob essa perspectiva, o objeto é, em sua essência, tecnicamente divisível.

Entretanto, a solução adotada por meio de credenciamento eletrônico, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, já incorpora, em sua própria estrutura, a lógica de parcelamento funcional e operacional, uma vez que permite a contratação simultânea de múltiplas pessoas jurídicas para execução parcial do objeto, conforme sua área de atuação e capacidade técnica, sem exclusividade.

Nesse modelo, cada especialidade médica constitui, na prática, um eixo autônomo de execução, podendo ser atendida por diferentes prestadores credenciados, o que assegura ampla competitividade, favorece a participação de empresas especializadas em cada área e amplia significativamente a capacidade de atendimento da Administração. Assim, ainda que formalmente o objeto seja tratado de forma conjunta, sua execução ocorre de maneira descentralizada e segmentada, atendendo plenamente aos objetivos do parcelamento.

Ademais, eventual parcelamento formal em itens ou lotes, no contexto do credenciamento, não traria ganhos adicionais relevantes à Administração, podendo, inclusive, gerar fragmentação desnecessária



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

da gestão contratual, aumento da complexidade administrativa e dificuldades na operacionalização do sistema, sem benefícios concretos em termos de economicidade ou eficiência.

Importante destacar que o modelo adotado não restringe a competitividade, ao contrário, amplia o acesso de interessados, uma vez que permite o credenciamento de todas as pessoas jurídicas que atendam aos requisitos estabelecidos, independentemente de sua capacidade de execução integral do objeto, sendo possível sua atuação apenas na especialidade de sua expertise.

Dessa forma, conclui-se que, embora o objeto seja tecnicamente divisível, não se mostra necessário o seu parcelamento formal em itens ou lotes, tendo em vista que o modelo de credenciamento eletrônico já assegura, de maneira mais eficiente e vantajosa, a divisão da execução, a ampliação da competitividade e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.

9- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A solução proposta visa alcançar melhorias significativas na prestação dos serviços públicos de saúde, observando os princípios da eficiência, eficácia e economicidade.

Quanto à eficiência, espera-se a ampliação da capacidade de atendimento e a redução do tempo de espera para consultas e exames, por meio da atuação simultânea de múltiplas pessoas jurídicas credenciadas, promovendo melhor organização dos fluxos e maior agilidade na prestação dos serviços.

No que se refere à eficácia, busca-se assegurar o atendimento adequado e tempestivo das demandas da população, com maior resolutividade da rede municipal de saúde, favorecendo o diagnóstico precoce, o acompanhamento especializado e a redução de agravamentos clínicos e internações evitáveis.

Sob a ótica da economicidade, a solução possibilita a utilização racional dos recursos públicos, com pagamento vinculado à efetiva prestação dos serviços, valores compatíveis com o mercado e redução de custos indiretos, como transporte de pacientes e tratamentos de maior complexidade decorrentes de atendimentos tardios.

De forma geral, espera-se a melhoria da qualidade dos serviços prestados, ampliação do acesso, maior satisfação dos usuários e fortalecimento da gestão pública, em conformidade com o interesse coletivo.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 10.892/2024 e nº 11.046/2025. A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado pela Portaria nº 01/2026, devendo estes providenciar as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Autoridade Competente, será realizada a contratação mediante Inexigibilidade por meio de credenciamento eletrônico.

11 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de impactos ambientais na contratação do objeto.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes ao objeto em questão.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

As informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar evidenciam que a solução proposta é tecnicamente viável, juridicamente fundamentada e devidamente justificada diante das necessidades identificadas no âmbito da rede municipal de saúde.

Diante desse cenário, declara-se viável a contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos especializados nas áreas de otorrinolaringologia, cardiologia e radiologia, com realização de exames de ultrassonografia, por meio de inexigibilidade de licitação mediante credenciamento eletrônico, com fundamento no art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Abadia dos Dourados/MG. O credenciamento mostra-se a solução mais adequada por permitir a contratação simultânea de múltiplos prestadores, ampliando a oferta de serviços, reduzindo o tempo de espera e garantindo maior continuidade no atendimento. O modelo também proporciona maior flexibilidade na gestão da demanda e reduz riscos de desassistência. Dessa forma, a solução apresenta-se viável e vantajosa, assegurando melhoria no acesso, na resolutividade dos atendimentos e na utilização eficiente dos recursos públicos.

Abadia dos Dourados, 24 de março de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: _____

Leonardo Martins Alves

Secretário Municipal de Saúde.